

Ingleses no Portugal de D. Afonso V

Paulo Drumond Braga *

1. São conhecidos os contactos estabelecidos desde cedo entre a Inglaterra e Portugal, desde a colaboração dos cruzados ingleses na conquista de Lisboa por Afonso Henriques (1147), a que se seguiu a fixação de alguns deles, por exemplo, o primeiro bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings, às relações comerciais, que começaram também na mesma centúria, sendo de salientar os passos dados durante o tempo de D. Dinis. Portugal adquiria à Inglaterra têxteis e trigo e vendia sal, vinho, fruta, peixe fumado e salgado. Se, já em finais do século XII, João Sem Terra terá pretendido a mão de uma infanta portuguesa, cerca de século e meio depois, no reinado de Afonso IV, colocaram-se várias hipóteses, também nunca concretizadas, de enlacs matrimoniais entre as duas Coroas. Os últimos decénios do século XIV trouxeram uma aproximação ainda maior, devido aos interesses ingleses na Península Ibérica, no quadro da Guerra dos Cem Anos. São de salientar os tratados de 1372 e de 1386 e o casamento de D. João I com Filipa, filha do duque de Lancaster (1386). Por essas razões, foi também em Trezentos que a comunidade inglesa em Portugal se tornou mais numerosa, sendo da centúria seguinte o surgimento de um procurador e de uma irmandade de invocação a São Jorge, na igreja de São Domingos, em Lisboa¹.

Este artigo incide sobre os Ingleses que, de uma forma ou outra, foram localizados em Portugal no reinado de D. Afonso V, concretamente, no período pós-Alfarrobeira.

2. Apesar dos tratados de paz e de comércio e das facilidades concedidas de parte a parte e das constantes intervenções dos monarcas, Ingleses e Portugueses envolveram-se frequentemente, pelo menos desde o século XIV, em casos de corso, pirataria, tomadias ordenadas por autoridades diversas e represálias². Quando se chega ao reinado de Afonso V, o receio dos mercadores ingleses face ao comércio com Portugal parece ter sido enorme, daí a solicitação constante de cartas de segurança ao monarca luso.

Nalgumas delas estão especificados esses receios: “Guilherme Canis Ingres mercador morador em a uilla de Bristoll Nos emuiu dizer como elle tem huua naao chamada per nome

* Escola Superior de Educação de Almeida Garrett (Lisboa).

¹ Vejam-se as sínteses de António Álvaro Dória, “Inglaterra (Relações de Portugal com a)”, in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, [2.ª edição], vol. III, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 320-322; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV), Lisboa, Presença, 1987, pp. 42-43 e 150-180; id., “A circulação e a troca de produtos”, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III), Lisboa, Presença, 1996, pp. 512-520; Saul António Gomes, “Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”, in *Portugal em Definição de Fronteiras* [...], pp. 371-381; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (Séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Hugin, 2002.

² Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potencias do Mundo*, tomo XIV, Paris, Aillaud, 1853, pp. 19-192; V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal*, Londres, Routledge, [1907], pp. 98-100; Ruy de Albuquerque, *As Represálias. Estudo de História do Direito Português (Sécs. XV e XVI)*, vol. I, Lisboa, [s.n.], 1972, pp. 153-155; Humberto Baquero Moreno, “Duas cartas de segurança marítima concedidas a súbditos estrangeiros por D. Afonso V”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, [Lisboa], Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1990, pp. 612-616.

Maria Canis que ora está carreguada de suas mercadorias e d outros alguus mercadores que em ella veem ante o porto de Restello da par da nosa cidade de Lixboa e que por quamto se temia lhe seer em a dita naao e mercadorias feita alguua tomada ou represaria por causa dalguus roubos ou tomadas que per alguus naturaes do Regno de Ingraterra fosem factas aos nossos sobditos e naturaes por a quall Razom nom auemdo nosa segurança lhe poderia ser posto sobrello alguu embargo [...]”³.

D. Afonso V concedeu numerosas cartas de segurança, segundo as quais os mercadores em questão ficavam autorizados a entrar e sair livremente de Portugal, com as suas embarcações, comerciando e pagando os direitos reais⁴. Há o caso curioso de três documentos, datados de 1471, na sequência da conquista de Arzila e da ocupação de Tânger, que não esquece que as mercadorias defesas estavam excluídas do rol das transaccionáveis⁵. Tais cartas de segurança beneficiaram vários mercadores ingleses, quer colectiva quer individualmente. Em relação ao primeiro aspecto, verifica-se que, em 1455, Afonso V concedeu segurança, por espaço de um ano, aos moradores de Londres, Bristol e várias outras localidades inglesas, para poderem entrar e sair livremente de Portugal, vendendo e comprando mercadorias, não sendo presos nem demandados por querelas, dívidas, roubos e tomadias feitas por Ingleses a Portugueses⁶.

Privilégios individuais foram recebidos por Guilherme Canis (1450⁷ e 1454)⁸, Richard Lancaster e Fiin James, escudeiros de Ahull (1450)⁹, Gabriel de Miraforda (1450)¹⁰, João Pris (1450)¹¹, João Bretão (1450)¹², Guilherme Hoel (1450)¹³, Patrique Gualve (1454)¹⁴, Guilherme Dam, Guilherme Pany, Guilherme Hoadim (todos em 1456, numa mesma carta régia)¹⁵, João Gregorio (1459)¹⁶, Richard Alforde (1462)¹⁷, João Jay, o Moço e João Anques (1463)¹⁸, João Domyne, Linje, Tomás Fans e Patrick (1465)¹⁹, João Garfim (1468)²⁰, Filipe Estagam

³ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português no meado do sec. XV”, *Boletim da Segunda Classe*, vol. VIII, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1913-1914, p. 56. Segue-se a grafia dos documentos quatrocentistas, já que é extremamente difícil tentar identificar os nomes correctos ingleses.

⁴ Era comum a concessão, pelos monarcas, de cartas de segurança a mercadores estrangeiros. Cfr. V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], p. 98; Virgínia Rau, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)”, in id., *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, introdução e organização de José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1984, p. 204; Ruy de Albuquerque, *As Represálias* [...], vol. I, pp. 153-155; Humberto Baquero Moreno, “Duas cartas de segurança marítima concedidas a súbditos estrangeiros por D. Afonso V” [...], pp. 609-619; Luís Miguel Duarte, “Súbditos da Coroa de Aragão em Portugal no Séc. XV. Comércio e segurança. Algumas notas”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. VII, Porto, Universidade do Porto, 1990, pp. 71-83.

⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 20v, 108-108v e 108v. Sobre as mercadorias defesas e o seu comércio, cfr. Paulo Drumond Braga, “A expansão no Norte de África”, in *A Expansão Quatrocentista*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II), Lisboa, Estampa, 1998, pp. 310-311; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição portuguesa e o comércio de mercadorias defesas em meados do século XVI”, in *Homenaje al Profesor Carlos Posac Mon*, tomo II, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998 [aliás, 2000], pp. 159-173; id., *Um Espaço, duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)*, Lisboa, Hugin, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2001, pp. 347-365.

⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, f. 100.

⁷ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 56-57.

⁸ Ruy de Albuquerque, *As Represálias* [...], vol. II, tomo I, pp. 1258-1259.

⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, ff. 105-105v.

¹⁰ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 58-59.

¹¹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 134v.

¹² Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 123v.

¹³ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 59-61.

¹⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, f. 119v.

¹⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, f. 64.

¹⁶ Humberto Baquero Moreno, “Duas cartas de segurança marítima [...]”, pp. 618-619.

¹⁷ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, f. 104.

¹⁸ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9, f. 149.

¹⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, f. 33.

²⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, f. 94v.

(1470)²¹, Miles Gualgue (1471)²², Tomás Soeres (1471)²³, Guilherme Bretão e Guilherme Arrugel, seu criado (1471)²⁴, João Bechem (1471)²⁵ e João Achelem (1471)²⁶.

A partir de Março de 1471, notou-se uma grande tensão no relacionamento luso-ingles. Tudo isto porque, nesse mesmo mês, um corsário inglês, sobrinho do conde de Warwick, que governava a Inglaterra, apreendeu, no Canal da Mancha, 12 naus Portuguesas que vinham carregadas de mercadorias oriundas da Flandres. D. Afonso V chegou a pensar em enviar contra os Ingleses a armada que preparara para uma nova campanha no Norte de África. Fracassada a via diplomática, o rei de Portugal autorizou os seus súbditos a exercerem represálias contra os Ingleses²⁷. Nessa conjuntura, em 5 de Dezembro de 1471, D. Afonso V revogou todas as cartas de segurança concedidas a Ingleses. Esta determinação foi mesmo publicada na capela dos Ingleses do mosteiro de São Domingos de Lisboa²⁸. Entretanto, dera-se uma reviravolta política em Inglaterra, o que acabou por favorecer a resolução do problema: em Abril, o conde de Warwick morreu na batalha de Barnet, contra os York, que recuperaram o trono, voltando Eduardo IV a reinar. Assim, em Agosto de 1472, D. Afonso V confirmou o tratado de paz assinado um século antes entre D. João I e Ricardo II e, no mesmo mês, enviou ao novo monarca inglês uma embaixada a reclamar a restituição dos roubos efectuados no ano anterior. As conversões diplomáticas arrastaram-se por largos meses, mas acabaram por correr conforme os desejos de D. Afonso V²⁹.

Data de 1472 uma outra carta de segurança, mas que se reveste de características completamente diferentes: os membros da Ordem da Santíssima Trindade da Inglaterra propuseram a D. Afonso V, através de um mercador inglês estante em Lisboa, João Porter, contribuir com uma quantia anual para a actividade que era a fundamental daquela congregação religiosa, o resgate dos cativos. Portugal era, de facto, campo privilegiado para tal obra de misericórdia. Assim, propuseram a vinda desse dinheiro convertido em mercadorias, “pera aca crecer e multiplicar pera mor proveito dos dictos cativos”. Por cada 100 dobras de mercadorias transportadas para ajuda dos resgates, viriam 1500 dobras de outras, para comerciar. O monarca concordou e deu carta de segurança, válida apenas para esses bens³⁰.

3. Era habitual os mercadores estrangeiros que traziam panos para Portugal pagarem à Coroa um quarto da sisa³¹. D. João I isentara desse pagamento os Ingleses estantes em Lisboa

²¹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 16, f. 4v.

²² Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 20v.

²³ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 21, f. 77v.

²⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 79v-80.

²⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 108-108v.

²⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 108v.

²⁷ Rui de Pina, “Chronica do senhor Rey D. Affonso V”, in id., *Crónicas*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 818-819; Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1977, pp. 60-62.

²⁸ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 21, f. 87v. Sobre a capela em causa, cfr. Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, vol. I, Lello, Porto, 1977, pp. 361-362.

²⁹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar* [...], tomo XIV, pp. 216-225; V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], pp. 99-101; Ruy de Albuquerque, *As Represálias* [...], vol. I, pp. 154-55.

³⁰ *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, vol. III (1461-1500), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, pp. 113-114; Luís Miguel Duarte, “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra na segunda metade do século XV”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. III (Economia e Comércio Marítimo), Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, pp. 560-561. Enquadre-se tudo isto em Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão (Séculos XV-XVII). Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceuties, 1998.

³¹ Sobre este imposto cfr. Iria Gonçalves, “Sisa”, in *Dicionário de História de Portugal* [...], vol. VI, pp. 1-2.

mas, devido aos repetidos actos de corso e pirataria praticados pelos Ingleses, o infante D. Pedro, duque de Coimbra, suspendeu esse privilégio quando regente do reino, mandando aplicar o que rendia o quarto da sisa à indemnização dos Portugueses vítimas de tomadias de Ingleses³².

Assim sendo, a documentação regista vários recebedores ou requeredores e escrivães do quarto da sisa dos Ingleses de Lisboa. Em 1450, João Afonso foi nomeado requeredor³³. No ano seguinte, Diogo Rebelo, escudeiro da casa real, tornou-se escrivão. No documento, D. Afonso V especificou que passava a haver dois escrivães, ficando-se a saber que já existia um, João da Barca³⁴. Ainda em 1451, Álvaro Pires, procurador dos feitos de el rei, era encarregue de averiguar “os dapnificados que ham de seer satisfectos per a nossa sisa do quarto que os Ingresses pagam em esta cidade de Lixboa por os rroubos e malles que lhe per os dictos Ingresses ssomfectos”³⁵. Em 1454, desempenhava as funções de recebedor o escudeiro da casa real Fernão Babilão³⁶. Em 1466, foi nomeado requeredor um panceiro do duque de Bragança, Pedro Eanes, sucedendo a Fernando Eanes, que morrera³⁷. Em 1471, foi indigitado para escrivão Cristóvão Rebelo, moço da câmara do príncipe D. João, que deveria suceder ao pai, Diogo Rebelo, quando este falecesse³⁸. No ano seguinte, surge um outro escrivão, Gonçalo Monteiro, escudeiro do rei³⁹. Em 1475, o recebedor era Gonçalo Vasques de Azevedo. Nessa data, a cobrança da sisa achava-se arrendada⁴⁰.

Entretanto, em 1454, os mercadores ingleses solicitaram a D. Afonso V a reposição do privilégio concedido por D. João I, o que não foi aceite pelo monarca. A situação só se alterou em 1488, já no reinado de D. João II e, no ano seguinte, foi finalmente abolida a sisa referente a todos os panos entrados em Portugal, trazidos quer por nacionais quer por estrangeiros⁴¹.

Também em 1454, os súbditos ingleses residentes em Portugal solicitaram que o procurador que tinham, ou um outro que viesse a ser nomeado pelo monarca, investigasse o envolvimento dos súbditos ingleses nos roubos e tomadias efectuadas a Portugueses no passado, o que foi aceite por Afonso V, desde que eles próprios pagassem o procurador⁴².

4. Outras temas surgem na documentação referente a Ingleses estantes em Portugal no reinado de D. Afonso V. Em 1450, o monarca nomeou um procurador dos mesmos na alfândega de Lisboa, Pedro Sanches, escolar de Direito e já procurador do número nessa cidade. Cabia-lhe representar todos os Ingleses “que em esa çidade esteuerem asy daquelles que hi forem estantes como doutros quaaesquer que hy vierem em quaaesquer feytos e demandas que os dictos Jngreses ou cada hum delles ouuerem com quaaesquer pessoas ou pessoa ou esas pessoas ou pessoa com elles ouuerem”⁴³.

Conhecem-se ainda alguns privilégios concedidos por D. Afonso V a súbditos ingleses. Em 1450, João Collim recebeu licença para poder “trazer ssuas armas de noyte e de dia per

³² Henrique da Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV*, 2.^a edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares, tomo X, Lisboa, Sá da Costa, s.d., pp. 252-255; V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], p. 113. O infante D. Pedro tomou essa medida em Janeiro ou Fevereiro de 1444, com efeitos a partir de 1 de Janeiro. Cfr. Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, f. 20v.

³³ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 156.

³⁴ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 61-62.

³⁵ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, p. 66.

³⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, f. 52v.

³⁷ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, f. 31.

³⁸ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 5.

³⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 29, f. 98.

⁴⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, f. 175.

⁴¹ Gama Barros, *Historia da Administração Publica* [...], tomo X, pp. 252-255.

⁴² Gama Barros, *Historia da Administração Publica* [...], tomo X, pp. 254-255; V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], p. 113.

⁴³ *Chartularium Universitatis Portugalis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, vol. V (1446-1455), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1972, p. 173.

todos nossos Regnos⁴⁴. Idêntico privilégio recebeu, no ano seguinte, João Estoquer⁴⁵. Também em 1451, o rei privilegiou Estêvão Milles, autorizando-a a deslocar-se em besta muar de sela e freio e a trazer armas⁴⁶.

Em 1450, D. Afonso V perdoou um escudeiro do infante D. Henrique, Diogo Afonso Bocarro, morador em Messejana, por ter sido responsável pela fuga de três Ingleses. A histórica é interessante e rica em pormenores: por volta de 1444 ou 1445, em Lagos, foram capturados 16 Ingleses, acusados de corso, concretamente, de terem tomado uma nau de Fernão de Seixas. Os juizes de Lagos enviaram-nos para Lisboa, sob prisão. Chegados a Messejana, “presos em cordas e aquelles que os traziam os meterom em huua casa em que nom mora ningem, vjindo os dictos jngresses casy nuus e todos descalços; e que ell [Diogo Afonso Bocarro], mouendosse de piadade por asy os viier nuus e descalços e porque, ao dicto tempo, ffazia grande ffrio, sse ffora aaquelles que os traziam e lhes disera que, pois que os asy traziam ssem cadea e ssoltos, que os leixassem agasalhar a ssas geentes, dos quaees elle leuara dous ssoltos pera cassa de ssua madre e que despois sse ffora pera casa da dicta ssua madre, pera aquelles dous, huu dos outros jngresses que fficauam; e que ell e a dicta ssua madre os agasalharom, por amor de Deus, e lhes mandara ffazer huua cama, em huua camara apartada, na quall os mandara lançar, e que ell sse lançara na casa dyanteira, por nom ffofirem; e que os dictos jngresses fforaram de noyte a parede da casa em que jaziam e fogiram todos tres”. Nunca os encontrou, apesar dos seus esforços, e veio a saber que haviam sido apanhados em Lisboa. Aqui, junto com os restantes Ingleses, acabou por se provar a inocência de todos⁴⁷.

Em 1464, o rei concedeu uma carta de perdão a um inglês, desta feita, John Guilbert, cavaleiro da casa real, que raptara um compatriota, Thomas Carlisle, exilado em Lisboa após a derrota dos Lancaster, no quadro da famosa Guerra das Duas Rosas. O objectivo era levá-lo para Inglaterra, a fim de ser justicado pelo novo rei, Eduardo IV, da casa de York⁴⁸.

Em 1468, João Coque, mercador, morador em Lisboa, que o documento refere ser vassalo do rei, obteve carta de aposentado, por ter atingido 70 anos de idade. Ficava isento de vários serviços régios e concelhios, como era habitual nessas situações⁴⁹. Dias depois, o mesmo inglês viu confirmada a perfilhação que fizera, juntamente com Catarina Afonso, sua mulher, de um tal Gomes⁵⁰.

⁴⁴ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, p. 61.

⁴⁵ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 65-66.

⁴⁶ *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, publicados por Pedro de Azevedo, vol. II (1450-1456), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1934, p. 48. Sobre estes privilégios, cfr. João Silva de Sousa, “Das autorizações de porte de armas e de deslocação em besta muar, em meados do século XV. Algumas notas para o seu estudo”, in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I (Séculos X-XV), Lisboa, Estampa, 1982, pp. 290-308.

⁴⁷ *Monumenta Henricina*, direcção, organização e anotação crítica de António Joaquim Dias Dinis, tomo X (1449-1451), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1969, pp. 326-328. Sobre a prática do perdão régio no tempo de Afonso V, cfr. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciências e Tecnologia, 1999. O encargo de transportar presos era dos mais gravosos da época. Cfr. João Silva de Sousa, “Das isenções do pagamento de impostos e da prestação de serviços régios e concelhios (1449-1451)”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 5, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1991-1992, pp. 47-48.

⁴⁸ Luís Miguel Duarte, “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra [...]”, pp. 558-559.

⁴⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, f. 76. Sobre os privilégios dos vassallos pousados, cfr. João Silva de Sousa, “Equiparação e manutenção de privilégios em meados do século XV”, *Arquipélago*, série *Ciências Humanas*, vol. IV, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Janeiro de 1982, pp. 245-288.

⁵⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, f. 78. Sobre a perfilhação, cfr. Guilherme Braga da Cruz, “Algumas considerações sobre a ‘perfiliação’”, *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XIV, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1937-1938, pp. 407-478; Paulo Merêa, “Perfilhação (achegas para um dicionário histórico de língua portuguesa)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VII, tomos I e II, Coimbra, 1956, pp. 119-126; id., “Da minha gaveta (silva histórico-jurídica). III. Sinopse histórica da adopção (‘perfilhamento’)”, *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXXII, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1956, pp. 182-194; Humberto Baquero Moreno, “Subsídios para o estudo da adopção em Portugal na Idade Média (D. Afonso IV a D. Duarte)”, *Revista dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique*, série V, vol. III, Lourenço Marques, 1966, pp. 67-84.

5. Sabemos de onde eram oriundos e onde moravam alguns dos Ingleses que surgem nesta amostragem documental. João Collim⁵¹, João Coque⁵² e João Porter⁵³ residiam em Lisboa. De Londres eram João Bechem⁵⁴ e João Achelem⁵⁵. Por seu lado, João Pris morava em “Line”, ou seja, Lyme Regis⁵⁶. Mas a maioria era oriunda de Bristol⁵⁷. Assim eram os casos de Estêvão Milles⁵⁸, Guilherme Canis⁵⁹, Guilherme Dam, Guilherme Pany, Guilherme Hoadim⁶⁰, Guilherme Hoel⁶¹, João Bretão⁶², João Jay, o Moço, João Anques⁶³, Filipe Estagam⁶⁴, Guilherme Bretão⁶⁵ e João Gregório⁶⁶.

Da Irlanda, provinham Milles Gualgue, de “Gataforda”⁶⁷, Patrick Gualve, de “Guimçella”⁶⁸, Richard Alforde, de “Agodella”⁶⁹ e Tomas Soares, de “Galmy”⁷⁰. Estas localidades são de difícil identificação mas, ainda assim, são admissíveis hipóteses: “Gataforda” é, provavelmente, Waterford e “Galmy” refere-se, quase certamente, a Galway, precisamente a cidade irlandesa que mais contactos comerciais mantinha com Portugal e que em gaélico se designa Gaillimh⁷¹.

Refira-se, a finalizar, que alguns destes Ingleses receberam mercês de D. Afonso V em virtude da colaboração prestada em campanhas militares no Norte de África. Estêvão Milles, de Bristol, privilegiado em 1451, participara, com a sua nau, na empresa de Tânger, de 1437⁷². John Guilbert, perdoado por D. Afonso V em 1464, acompanhou-o na viagem que o monarca efectuou ao Norte de África nesse mesmo ano⁷³. Milles Gualgue⁷⁴, João Bechem⁷⁵ e João Achelem⁷⁶, que receberam cartas de segurança em 1471, prestaram serviços a Afonso V na conquista de Arzila e ocupação de Tânger⁷⁷.

⁵¹ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, p. 61.

⁵² Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, ff. 76 e 78.

⁵³ *Descobrimientos Portugueses* [...], vol. III, pp. 113-114; Luís Miguel Duarte, “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra [...]”, p. 561.

⁵⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 108-108v.

⁵⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 108v.

⁵⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 134v.

⁵⁷ Sobre o peso desta cidade nas relações comerciais luso inglesas, cfr. V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], pp. 105-107, *passim*.

⁵⁸ *Documentos das Chancelarias Reais [...] relativos a Marrocos* [...], vol. II, p. 48.

⁵⁹ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 56-57; Ruy de Albuquerque, *As Represálias* [...], vol. II, tomo I, pp. 1258-1259.

⁶⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, f. 64.

⁶¹ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 59-61.

⁶² Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 123v.

⁶³ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9, f. 149.

⁶⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 16, f. 4v.

⁶⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 79v-80.

⁶⁶ Humberto Baquero Moreno, “Duas cartas de segurança marítima [...]”, p. 618.

⁶⁷ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 20v.

⁶⁸ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, f. 119v.

⁶⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, f. 104.

⁷⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 21, f. 77v.

⁷¹ Matthew J. Culligan e Peter Cheric, *The Wandering Irish in Europe. Their Influence from the Dark Ages to Modern Times*, Londres, Constable, 2000, pp. 177-181.

⁷² *Documentos das Chancelarias Reais [...] relativos a Marrocos* [...], vol. II, p. 48. Sobre o desastre de Tânger, cfr. Paulo Drumond Braga, “A expansão no Norte de África [...]”, pp. 256-268.

⁷³ Luís Miguel Duarte, “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra [...]”, p. 558. Essa viagem régia tinha como objectivo a conquista de Tânger, mas acabou por se saldar num fracasso militar. Cfr. Paulo Drumond Braga, “A expansão no Norte de África [...]”, pp. 275-278.

⁷⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 20v.

⁷⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 108-108v.

⁷⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 108v.

⁷⁷ Sobre a empresa militar em causa, cfr. Paulo Drumond Braga, “A expansão no Norte de África [...]”, pp. 278-286.